

pão e cravos

jornal dxs jovens do bloco
nº8 Janeiro/Fevereiro 2017



Movimentos Transformadores

Mi Guerreiro e Vicente Paredes

Os CTT não chegam ao
Ministério de Manuel Heitor
Coordenadora Nacional de Jovens

A crise da
Social-Democracia
Ricardo Cabral Fernandes

A crise climática e as alter-
nativas de que precisamos
Samuel Cardoso

Combate à precariedade:
Não desistimos de nada!
Entrevista a José Soeiro

ÍNDICE

página 2 // Editorial

página 3 // Os CTT não chegam ao
Ministério de Manuel Heitor

página 4 // Combate à precariedade:
Não desistimos de nada!

página 5 // A crise climática e as alternati-
vas de que precisamos

página 6 // Movimentos Transformadores

página 9 // A crise da Social-Democracia

página 10 // Agenda

página 11 // Crítica: Um ciclo de utopias para
nos fazer mover

EDITORIAL

Há mais de cem anos, Antonio Gramsci escreveu sobre o ano novo: "(...) odeio a passagem do ano. Quero que cada manhã seja um ano novo para mim. A cada dia quero ajustar as contas comigo mesmo e renovar-me."

É importante frisar a ideia de que o último dia do calendário não tem em si nenhuma característica intrínseca de conclusão ou de reinvenção. No entanto, tal não nega a necessidade de momentos em que se analise o ano que passou e prepare o ano que vem, que permitam uma abrangência temporal maior do que se essa análise for feita a cada manhã, como sugere Gramsci. Este jornal procura fazê-la a cada nova edição.

Num ano que foi marcado pelo agravar do conflito na Síria, pela decisão do Reino Unido de abandonar a União Europeia e mais tarde pela inesperada vitória de Trump nas eleições presidenciais dos EUA, dois exemplos de uma ascensão de discursos populistas, nacionalistas e xenófobos por todo o mundo, dos quais são ainda exemplo a postura vergonhosa da Europa perante a crise de refugiados ou o golpe que colocou Temer no poder no Brasil, é de particular importância este reorganizar de ideias e preparação para as lutas que se aproximam. E é essencial lembrar também que 2016 foi o ano da maior greve de que há registo, que juntou mais de 150 milhões de pessoas na Índia, foi o ano em que o combate organizado aos tratados de livre comércio (como o TTIP), que pretendem precarizar ainda mais as vidas de quem vive do trabalho, se agudizou, foi o ano em que a marijuana foi legalizada em vários estados dos EUA e em que milhares de pessoas se uniram para defender a qualidade da água e o respeito pelos direitos dos povos indígenas combatendo o projeto de um gasoduto na Reserva Índia de Standing Rock.

Em Portugal, foi também o ano em que as esquerdas que apoiam o governo do PS continuaram a lutar por uma recuperação de rendimentos que, apesar de bloqueada por uma relação de forças

adversa, constitui um passo importante na direção oposta da viragem à direita a que temos vindo a assistir por toda a Europa. Este número do Pão e Cravos põe em revisão o primeiro ano de políticas de Manuel Heitor enquanto Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, lembrando que as propinas continuam a ser um entrave elitista à entrada de muitos e muitas estudantes no ensino superior, e traz também uma análise das derrotas eleitorais dos partidos socialistas da Europa, que o governo de António Costa pretendeu contornar, sem incorrer em mudanças programáticas profundas, com o acordo pós-eleitoral com BE, PCP e Os Verdes. É feita ainda uma crítica à lógica de crescimento infinito da produção e do consumo inerentes ao sistema capitalista, que causou uma crise ecológica e climática que põe cada vez mais em risco o futuro da espécie humana e dos outros animais.

Numa análise mais aprofundada, procuramos dar conta daquilo que foi e tem sido a luta do movimento trans em Portugal, pelo direito a que a identidade de género de cada pessoa seja reconhecida e protegida, contra uma legislação que patologiza e discrimina pessoas trans. Num mundo em que o senso comum tantas vezes nos diz que as lutas "prioritárias" são as do combate no plano económico, contra cortes salariais, precariedade e despedimentos, lembramos a urgência de estar também do lado de quem luta pelo direito a ver reconhecido e validado o seu género, de quem exige o poder de decidir sobre o seu corpo sem ter de se sujeitar a estigmas e a violências que são, demasiadas vezes, fatais. A luta pelo direito à igualdade quando a diferença nos inferioriza e pelo direito à diferença quando a igualdade nos descaracteriza, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, é fundamental para a sociedade que queremos, uma sociedade "sem classes, ecologicamente sustentável e radicalmente democrática, em que a solidariedade e o altruísmo sejam a garantia de que ninguém é deixadx para trás."¹

¹Samuel Cardoso, no texto "A crise climática e as alternativas de que precisamos", página 5 deste número.

OS CTT NÃO CHEGAM AO MINISTÉRIO DE MANUEL HEITOR

O primeiro ano de governação do executivo minoritário do Partido Socialista é assinalado justamente com a aprovação do segundo Orçamento do Estado (2017). O Bloco, tal como no anterior, teve um papel decisivo. Nas áreas do Ensino Superior, da Ciência e da tecnologia, isso não foi exceção.

Ainda antes da discussão do OE, em conjunto com o Governo e, mais tarde, em sede de especialidade, conseguimos aprovar um conjunto de medidas da maior importância. Entre elas o aumento do salário mínimo nacional, a eliminação da sobretaxa de IRS para mais de 90% dos contribuintes, o aumento do subsídio de alimentação na Administração Pública, o descongelamento das carreiras dos profissionais do setor empresarial do Estado, um conjunto de medidas e um acordo de princípio para combater a precariedade e os falsos recibos verdes (dentro e fora da administração pública), reforço do abono de família, apoio nas refeições escolares, congelamento das propinas, etc. De todas as propostas do Bloco aprovadas, há duas da maior importância: o aumento das pensões, que representa o maior investimento em pensões feito pelo Estado na última década e ainda o imposto sobre bens imóveis de luxo, que capta impostos dos mais ricos para financiar a segurança social.

Paradigmaticamente, a esmagadora maioria das propostas aprovadas pela maioria que sustenta o Governo surgiram no debate orçamental contra a vontade do Ministério tutelado por Manuel Heitor. São exemplo disso o congelamento do teto máximo de propinas para o 1º ciclo de estudos – travando o abuso do valor das propinas - a suficiência digital na entrega de teses – que garante que os estudantes deixam de ser obrigados a gastar centenas de euros na impressão de várias cópias das suas dissertações e, talvez a mais significativa para a classe docente, a questão das agregações.

Mas o maior combate ao abandono escolar no ensino superior passa necessariamente pelo fim das propinas. Entretanto, rever o regulamento de atribuição de bolsas para garantir uma maior abrangência é mais que justo – estas, aliás, continuarão a ser necessárias após o fim das propinas. Mas acabar com a política de propinas é um objetivo estratégico. E combater a suborçamentação do Ensino Superior é estruturante desse caminho. Este é um combate sem ilusões: o investimento público no

Ensino Superior é a chave do problema, e o Tratado Orçamental é o principal obstáculo a uma mudança real. Em nenhuma destas áreas, desde as propinas até à revisão do regulamento de bolsas de ação social, existe abertura por parte da tutela para discutir. A trapalhada na publicação dos resultados das candidaturas a bolsas da FCT que atrasou 3 meses, a vergonhosa proposta de trocar bolsas precárias por contratos precários na investigação, a suborçamentação – desde 2010 que este Ministério perdeu mais de 30% de investimento, a incapacidade de imaginar um Ensino Superior livre de propinas, a insistência no Modelo Fundacional como solução para todos os males afastam drasticamente a visão do Bloco e a do Ministro Manuel Heitor sobre a função do Estado na garantia de um Ensino Superior democrático e universal. O espírito do acordo assinado, há um ano atrás, entre o Partido Socialista e o Bloco, parece ainda não ter chegado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Parece que os CTT não chegam ao Ministério de Manuel Heitor.

*Coordenadora Nacional
de Jovens Janeiro 2017*



Estudantes protestam contra a imposição de propinas nos anos 90.

COMBATE À PRECARIIDADE: NÃO DESISTIMOS DE NADA!

Entrevista de Catarina Alves a José Soeiro

O que faz parte do acordo entre o Bloco e o PS no âmbito do combate à precariedade?

Do acordo entre o Bloco e o PS faz parte um conjunto de compromissos que dizem diretamente respeito ao combate à precariedade. Para os concretizar, criou-se um grupo de trabalho. No essencial, eles falavam de um combate às várias formas de emprego precário (falsos recibos verdes, falsas bolsas, utilização abusiva de pretensas políticas ativas de emprego - os Contratos-Emprego Inserção) ou por via de alterações legislativas e do reforço da fiscalização (uma parte importante da precarização em Portugal fez-se transgredindo e contornando a lei, perante a inação do Estado e a impunidade garantida aos patrões). Além disso, falava-se da alteração do regime de contribuições dos trabalhadores independentes, que até hoje é um inferno que, além de desfasado do que as pessoas realmente ganham, não lhes garante proteção (por exemplo, na doença, no acompanhamento a filhos ou no desemprego).

O que é que já avançou?

Houve algumas coisas que o Bloco conseguiu que já avançassem, muitas que estão acordadas mas que ainda não foram concretizadas e outras em que as visões são divergentes. No campo da fiscalização estão a ser contratados mais cerca de 100 inspetores de trabalho. Aprovou-se uma alteração à lei de combate à precariedade para proteger o trabalhador (do sector privado, que é o que é abrangido pelo Código de Trabalho e pela ACT) entre o momento em que faz a denúncia e o momento em que o tribunal toma a decisão sobre o seu contrato, impedindo o patrão de o dispensar. Alargou-se o âmbito deste mecanismo de reconhecimento dos contratos de trabalho não apenas aos falsos recibos verdes mas também a falsas bolsas, falsos estágios e trabalho não declarado. Aprovou-se os princípios gerais do novo regime de contribuições dos trabalhadores independentes, mas até hoje o Governo ainda não apresentou a proposta concreta sobre como vai funcionar. E aprovou-se a criação de um processo extraordinário de regularização dos precários do Estado – mas nem relatório nem o modelo de integração ainda estão cá fora.

Porque razão essas alterações demoram tanto tempo? O Relatório com o diagnóstico sobre a precariedade no Estado, por exemplo, ainda não foi divulgado?

Este é uma das dificuldades e das batalhas que temos pela frente: garantir que estas vitórias são concretizadas e que existe força social para pôr muito mais coisas na agenda, como o saque que hoje representa o trabalho temporário. O combate à precariedade não pode ser apenas um discurso de circunstância ou um conjunto de palavras. É organização de precários, é luta no local de trabalho, são redes de solidariedade entre trabalhadores, é denúncia pública e disputa da relação de forças, é intervenção sindical e mobilizações concretas em cada lugar, é visibilidade de quem tem estado invisível, é exigência

de ação, é movimento social e é desobediência à chantagem dos patrões. Sem isto, por mais leis que existam (e temos de tê-las do nosso lado), é sempre a voz do mais forte que fala e que determina o que acontece. Um Bloco vaidosamente concentrado no Parlamento seria um Bloco deprimente e sem força.

Neste contexto, um dos processos mais importantes é o da integração dos precários do Estado. Não porque estes sejam mais ou menos que os trabalhadores do privado, mas porque o Estado tem de começar por dar o exemplo. O atraso do relatório, onde constará o diagnóstico da precariedade por cada sector da Administração Pública (escolas, hospitais, serviços sociais, organismos da cultura, da investigação, etc.), é preocupante. Já devia ter saído no final de outubro. Veremos se ele corresponde ao retrato que vamos fazendo a partir do contacto que temos com os próprios precários e serviços públicos. Mas é sobretudo importante garantir que ninguém fica de fora deste processo e que não se inventam regras feitas para negar a uma parte dos precários o contrato a que têm direito.

Quais são as principais divergências entre o Bloco e o PS neste tema?

Conseguimos alguns compromissos importantes, que aliás não existiriam num outro contexto político e se não tivesse havido movimentos a pôr a questão na ordem do dia e a forçar as instituições a reagir. Mas há diferenças significativas entre o Bloco e o PS. Desde logo no modo como vemos o papel de um partido num combate deste tipo. O Bloco não pretende ser um mediador entre o Governo e os precários, procurando sensibilizar o primeiro e acalmar os segundos. O Bloco é um espaço de confluência de lutadores e ativistas laborais que querem transformar a realidade e afrontar os interesses dos patrões e obrigá-los a devolver o que ganham com a precariedade. Há diferenças, também, no modo como o próprio problema é visto. No PS, há quem entenda que a precariedade não deve ser combatida mas moderada, que no essencial haveria sobretudo que garantir o cumprimento da lei e que muitos dos aspetos de desequilíbrio incluídos na lei nos últimos anos não devem ser alterados. Um exemplo? O trabalho temporário. A lei é um convite ao abuso mais descarado. No passado, por exemplo, era proibido haver empresas de aluguer de pessoas a outras empresas. Contra esse negócio, criaram-se os centros de emprego público. O Bloco defende que essa intermediação das ETT só prejudica os trabalhadores: precarizou-se a sua condição, criou-se uma mina de ouro para as empresas de temporários e desarticularam-se as solidariedades dentro do coletivo de trabalho. No PS, a área que parece ser mais intocável é justamente esta, a do trabalho temporário. São conhecidas, aliás, as relações de intimidade entre alguns dirigentes do PS e as empresas de trabalho temporário, de que Vitalino Canas foi o Provedor. Isso não é novidade nenhuma. Na atual solução política, o PS não mudou de natureza, o que mudou foi a relação de forças e a capacidade da esquerda ter uma palavra sobre soluções. Por isso mesmo, como dizia o Miguel, pela nossa parte não pretendemos desistir de nada. Muito menos agora.

A CRISE CLIMÁTICA E AS ALTERNATIVAS DE QUE PRECISAMOS

Samuel Cardoso

Existe, hoje em dia, um consenso sólido entre a comunidade científica de que a crise climática é um risco inegável e com potenciais impactos de destruição da vida de milhares de espécies, entre elas a humana, no nosso planeta, ainda que haja divergências na quantificação e previsão dos impactos. O sistema capitalista, dependente de lógicas de crescimento infinito, de acumulação e desigualdade, não só ajudou a causar esta crise como não detém os mecanismos necessários para a resolver. Em primeiro lugar, porque a lógica de acumulação em que assenta o capitalismo depende do crescimento contínuo da produção. O avanço tecnológico, que reduz o tempo de trabalho necessário para produzir um dado bem, acaba também por reduzir o tempo de trabalho que pode ser apropriado como lucro, pondo em causa a própria acumulação. Assim, se não houver outros fatores a influenciá-la, é preciso que a produção seja aumentada de forma suficiente para pelo menos compensar o desenvolvimento tecnológico criado.

Este projeto não pode deixar-se dominar por ideias conservadoras e saudosistas de um regresso a um passado idealizado (...), de defesa do isolamento privilegiando o fecho das comunidades em si mesmas e de recusa dos avanços tecnológicos.

Segundo, porque os setores mais poluentes (siderurgia, energia, etc.) são, na generalidade, monopólios de grandes grupos económicos, que usarão várias formas de controlo sobre o poder político (como a oferta de cargos em empresas a ex-governantes) para inviabilizar mudanças nas formas de produção de energia. Por último, porque a criação de mecanismos de incentivos dentro da lógica do capitalismo (caso das licenças de emissão de carbono) é orientada na lógica do custoeficiência, embora o custo seja uma relação social e não um dado adquirido. Assim, esta lógica orienta para medidas não estruturais: promove, por exemplo, que se plantem mais árvores nos países ditos de terceiro mundo em vez de eliminar as centrais térmicas nos países ricos, impedindo a revolução energética. O forte crescimento do PIB nas últimas décadas foi acom-

panhado não só pela deterioração acelerada do ecossistema mas também por uma deterioração da coesão social: a classe dominante beneficia com o aumento das assimetrias na distribuição de rendimento (porque criam mão-de-obra barata), com o aumento da obsolescência programada (porque aumenta a produção, como por exemplo nos telemóveis), com a inexistência de pleno emprego na economia (havendo demasiados trabalhadores para poucos empregos, o que permite salários baixos). O capitalismo promove a ineficiência com atividades que não geram valor mas que são necessárias para a concorrência entre empresas, como é o caso da publicidade e dos sistemas de patentes, e o desperdício de recursos naturais e da força de trabalho em favor da elite que detém os meios de produção.

A ideia de que quanto mais consumirmos mais felizes seremos é-nos culturalmente imposta. É também do senso comum, inclusive dentro da própria sociedade capitalista, em que ela é maioritariamente aceite, que esta forma de consumo tem como consequência uma insatisfação permanente. As ciências sociais mostram que existem milhares de maneiras diferentes de viver a dádiva e a reciprocidade, lembrando que a vida coletiva não tem de estar confinada ao egoísmo da competição e do consumismo da sociedade capitalista.

O combate à destruição do planeta implica, assim, o combate anticapitalista. É necessária uma revolução nas formas de propriedade, produzir mais localmente (evitando o transporte de bens por longas distâncias), é necessária uma revolução energética e uma distribuição justa da produção. O projeto socialista tem de ser atualizado perante a constatação de que as fontes de energia e a sua utilização não são socialmente neutras.

Este projeto não pode deixar-se dominar por ideias conservadoras e saudosistas de um regresso a um passado idealizado onde o consumo excessivo não existia, de defesa do isolamento privilegiando o fecho das comunidades em si mesmas e de recusa dos avanços tecnológicos. Deve ser precisamente o oposto: aproveitar o enorme conhecimento humano para responder às necessidades dos seres vivos mediante uma relação não alienante com a natureza, num mundo em que ideias e culturas sejam partilhadas de forma horizontal. Uma sociedade sem classes, ecologicamente sustentável e radicalmente democrática, em que a solidariedade e o altruísmo sejam a garantia de que ninguém é deixado para trás.



Protesto contra a cimeira do clima em Paris (2015).

MOVIMENTOS TRANSFORMADORES

Mi Guerreiro e Vicente Paredes

"A memória incisa a polpa / com presas plásticas, / beija grisalhas. / É-as (não sejas)." Ar-jun in Estufa

Seria despropositado tentar um retrato sobre qualquer movimento sem analisar as raízes que o fecundaram. De uma história que retorna para a luz desabafada dos dias, que se redescobre e progride. Fica um ponto a sublinhar, resumido das suas complexidades: a questão de género é um assunto que importa e afecta todas nós, invariavelmente, pelo que esperamos que este texto sirva de farnel & cra-

vo para a reflexão de Abris a chegar. Não obstante, a urgência dos oprimidos se verem livres das suas amarras dita a necessidade imperiosa de sermos nós a tomar o rumo das nossas vidas. Além da vossa consciência do privilégio, urge fortalecer a solidariedade e intersecção entre grupos oprimidos. Mais do que representatividade, exige-se o empoderamento com as ferramentas que aprenderemos a utilizar.

Marcha do orgulho 2015



As lutas 'prioritárias'

"Normalidade é um caminho pavimentado: é confortável para andar mas não crescem flores" – Vincent Van Gogh

Reza a história que a Revolta de Stonewall, bar de Nova Iorque, foi o início do Movimento LGBT – designado na altura como Movimento Gay. Numa história que nos é reivindicada, Stonewall era um espaço para convívio de grupos marginalizados, pessoas de género e expressão de género não-conforme, maioritariamente emigrantes negras, latinas e de classe trabalhadora ou subproletariado. Tal como acontece ainda no contexto português, a polícia fazia rusgas frequentes ao bar de Stonewall. A 28 de Junho de 1969 ocorreu uma resposta a esta violência. Marsha P. Johnson, pertencente a múltiplos grupos sociais oprimidos, atirou o seu salto-alto contra o espelho retrovisor do carro policial. Várias pessoas de género não-conforme e provenientes de grupos oprimidos, frequentadoras do bar, uniram-se à rebelião e formaram um grande cordão de resistência à violência policial. As revoltas continuaram, iniciando as primeiras manifestações do movimento LGBT. Foi através delas formado o grupo S.T.A.R (Street Transvestites Action Revolu-

Longe de ser uma utopia, o nosso corpo é um lugar (...) Temos direito a escolher sobre ele e construí-lo de acordo com o nosso desejo. Meu corpo, minhas normas.

tionaries), com a participação combativa de Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera.

No contexto português, a luta pelos direitos LGBT iniciou-se nos anos 80 como Movimento, inspirado pela Revolta de Stonewall. Até esta década a homossexualidade e transexualidade eram consideradas crime e a homossexualidade deixou de ser considerada doença mental no final dos anos 90. Com poucas pessoas trans na composição do Movimento, as suas reivindicações centraram-se em grupos como a associação de transexuais @t, compostas por Jo Bernardo e Lara Crespo. Foi em 2006, com o assassinato de Gisberta, que as questões trans-específicas começaram a ter projecção nacional, em especial devido a esforços de pessoas trans pertencentes à associação @t e Panteras Rosa. Foi um enorme esforço de combate, como o é ainda o dia-a-dia para algumxs de nós, conseguir que os media se referissem a Gisberta (MTF) como mulher trans e respeitarem o seu pronome (ela) ou sequer a vissem enquanto ser humano. O termo trans surge, no con-

texto português, também nesta altura, para se referir a mais do que transexuais e não se confundir com a questão da orientação sexual. Em 2009 surge a campanha internacional Stop Patologização Trans, liderada por pessoas e ativistas trans de vários países europeus que lutam para que as identidades trans deixem de ser consideradas doença mental. A Campanha teve a adesão oficial, no contexto português, por 10 grupos e organizações, contando internacionalmente com cerca de 400 grupos e redes dos 5 continentes, entre eles a Tansgender Europe (TGEU). Simultaneamente, é criado o GTP (Grupo Transexual Portugal) que adopta uma posição marcadamente despatologizante. Em 2011, é criada a API (Associação Pela Identidade: Intervenção transexual e Intersexo) que se encontra inativa e que, posteriormente, foi refundada em 2015 como Ação pela Identidade..[2] A nova associação adopta uma posição despatologizante das identidades trans, em colaboração com a TGEU. Ambas as associações, exclusivamente de representação trans, redigiram um comunicado conjunto em 2016, no qual afirmam que a ILGA não tem legitimidade de falar em nome da comunidade trans e indicam o Governo como promotor da discriminação contra pessoas trans e sua patologização. Em 2013 e 2015, as Panteras Rosa lançam zines sobre as temáticas trans e o colectivo Lóbula lança eventos sobre a temática e o Dia da Memória Trans. Ao longo destes 10 anos, cada vez mais pessoas trans se encontram presentes no ativismo ou em contacto em redes nacionais e internacionais. Estas construções culminaram e estenderam-se para além do Bloco Trans a 20 de Junho de 2015, cuja posição pela despatologização das identidades trans se reite-rou, com as suas pluralidades organizativas, numa grande frente na Marcha do Orgulho de Lisboa. Enquanto o tema trans dava os seus primeiros passos, lutava-se legalmente pelo casamento e adopção plena, o que escoou muito dos esforços do Movimento. Quanto aos direitos trans, o Bloco de Esquerda propôs e criou a primeira Lei de Identidade de Género em 2012, num passo assumidamente pioneiro no contexto Europeu. O Bloco foi também forte nas suas convicções quanto à lei contra a discriminação no trabalho que foi estendida para abarcar casos de transfobia ou até à proposta de inclusão de "identidade de género" no Artigo 13º. Atualmente, o Bloco de Esquerda apresenta uma proposta de Lei de Identidade de Género pioneira que exclui a necessidade de aval médico (por Disforia de Género) para a alteração dos documentos de identificação e no sentido daquilo que defende o Movimento Trans em geral. Porém, resta muito a fazer.





1º bloco trans na marcha do orgulho 2015

Cuidados de saúde trans específicos

Longe de ser uma utopia, o nosso corpo é um lugar, um pequeno fragmento espacial no qual nos corporizamos. Temos direito a escolher sobre ele e construí-lo de acordo com o nosso desejo. Meu corpo, minhas normas.

Temos direito também a cuidados de saúde trans específicos, devidamente compartilhados pelo SNS. Numa sociedade enlouquecida com a separação entre os géneros, a nossa saúde mental e física, resultado inalienável das suas múltiplas transfobias e obsessões, encontra-se em risco. Disto não advém de que a cura para o nosso evidente mal-estar esteja nas operações clínicas e hormonais a que nos submetemos. Todavia, ajuda efectivamente ao nosso bem-estar com o nosso corpo, visto que evidentemente continuamos a viver, humanamente, nesta sociedade sexista, binarista e transfóbica até que um dia a consigamos transformar. Desejamos fazer cirurgias, as que quisermos, e responsabilizamos o Estado pelos cuidados que nos tem de prestar, por si financeiramente garantidos, enquanto produtos de uma reprodução de género assumida desde criança. Em jeito de conclusão, paralelamente, continuamos a lutar para a construção de um mundo melhor

que, com amizades e intimidades várias, nos faz viver mais felizes. Até lá, exigimos nada mais, nada menos do que aquilo a que temos direito: a escolha livre sobre os nossos próprios corpos, sem que disso dependa necessariamente aval médico; a coerência entre o nome (e pronome) que nos permita viver na escolha que nos faça mais sentido; e até cartões de identificação que não nos forcem a adoptar género que nos é, invariavelmente, já imposto. Sobre o nosso próprio corpo, avaliamos nós.

¹<http://www.stp2012.info/old/pt>

²<https://apidentidade.wordpress.com/>

³<http://dezanove.pt/associacoes-trans-acusam-ilga-e-governo-916039#cutid1>

⁴Acessíveis no blog das mesmas por TRANSZINE.

⁵Bloco na Marcha do Orgulho LGBT de Lisboa encabeçado por pessoas trans, visíveis e resistentes, cuja reivindicação era marcadamente despatologizante.

Nota: Este texto foi construído com plural no feminino, quando fez sentido, sendo que disso espera-se que advenha uma maior inclusão e uma reversão do plural no masculino. Alternativamente utilizou-se a partícula "x" para fins de inclusão e reversão do plural no masculino.

A CRISE DA “SOCIAL-DEMOCRACIA”

Ricardo Cabral Fernandes

A crise dos partidos “sociais-democratas” europeus é tão profunda que um novo termo entrou no senso comum político após o colapso eleitoral do PASOK em 2012 – a “pasokização”. O fenómeno não é inteiramente novo. Nas décadas de 70 e 80, o PCF e o PCI alienaram as suas bases sociais de apoio com a viragem eurocomunista e respetivas alianças governamentais, colocando as esquerdas italiana e francesa numa situação de fragmentação e marginalidade, que ainda hoje as caracteriza. O cunho de novidade advém do atual contexto político, com a crise económico-financeira, a rigidez da política económica europeia e a imposição da austeridade pelas burguesias nacionais e instituições europeias. Podemos definir a “pasokização” como o colapso eleitoral de um partido que, na perceção do eleitorado, se colocava no centro-esquerda, em consequência das medidas de austeridade e de reformas estruturais neoliberais, alienando a sua base social de apoio.

Na base deste colapso, podem referir-se algumas causas gerais. Em primeiro lugar, a crise programática, com a ascensão do neoliberalismo e a adesão à chamada “terceira via” de Tony Blair, que materializou a adesão dos partidos afetos à Internacional “Socialista” (IS) aos ideais neoliberais. Em segundo, a transformação organizativa destes partidos de partidos de massas para partidos catch-all, que acentuou a burocratização e levou a um crescente abandono da sua ideologia, com o objetivo de alargar as suas bases eleitorais. Ao mesmo tempo, assistiu-se também ao aumento da personalização da política. Com estas transformações organizativas, os seus enraizamentos sociais fragilizaram-se, ao mesmo tempo que se afastaram crescentemente da sociedade para se integrarem no Estado. Terceiro, a construção do projeto europeu, que ganhou claros contornos neoliberais, espelhados tanto nos moldes da União Económica e Monetária como nos critérios de convergência entre as economias europeias (nomeadamente nos máximos de 60% para a dívida soberana e de 3% para o défice orçamental conjuntural), que impossibilitaram a realização de políticas de investimento público. Esta situação originou a rigidez da política económica europeia, que se intensificou com a crise, com a austeridade e reformas estruturais.

No contexto de crise destes partidos, a aproximação ou formação de coligações com partidos à sua direita acelera o colapso ao diminuir as diferenças entre

si, como foi o caso do PASOK na Grécia. No entanto, a aproximação a partidos à esquerda pode atrasá-la, tal como está a acontecer em Portugal. Este novo contexto político iniciou um novo debate no seio da IS sobre quais as alianças táticas que se devem firmar no futuro, descurando a crise programática. Se o primeiro caso originou um colapso, o segundo é apresentado como a solução não apenas no plano nacional, mas também no europeu. Contudo, esta última não é a única estratégia para tentar evitar a “pasokização”, sendo que o Partido Trabalhista (PT)

Quando António Costa ganhou a direção do PS, fez, para evitar a “pasokização”, uma viragem exclusivamente tática (...), excluindo qualquer possibilidade de reestruturação da dívida ou de saída da zona euro.

apresenta uma outra alternativa. Quando António Costa ganhou a direção do PS, fez, para evitar a “pasokização”, uma viragem exclusivamente tática ao iniciar negociações com os partidos à sua esquerda: não rompeu com a “terceira via” nem alterou a sua estrutura organizativa, excluindo qualquer possibilidade de reestruturação da dívida ou de saída da zona euro. A atual solução governativa permitiu-lhe respeitar as regras do TO, subjugando os trabalhadores a uma austeridade permanente, e continuar a ser percecionado como sendo de esquerda pela sua base eleitoral. É um equilíbrio que não se manterá indefinidamente, adiando apenas a “pasokização” do PS. Por outro lado, a estratégia da direção trabalhista de Jeremy Corbyn, aliada a ativistas e a organizações de Esquerda, pretende romper com a “terceira via” de Blair e transformar organicamente o partido. Por não ter possíveis parceiros à sua esquerda no quadro parlamentar, a direção de Corbyn viu-se obrigada a reformar estruturalmente o PT, a recuperar o programa trabalhista de pós-1945, com todas as suas limitações reformistas, e a isolar, auxiliada pelo movimento Momentum, a ala “blairista” no aparelho partidário. A adesão de milhares de militantes possibilitou a Corbyn disputar estruturalmente o partido. Se António Costa apenas fez uma viragem tática, Corbyn tenta transformar programática e organizativamente o PT. A primeira estratégia depende da direção e do aparelho, a segunda das bases.

A morte de uma organização acontece quando os de baixo já não querem e os de cima já não podem. – Vladimir Ilitch Lenin

AGENDA

DEBATES

Lisboa

“Orientalismo”, de Edward Said, por Joseph Silva

9 de Fevereiro

Sede do Bloco de Esquerda na Rua de S. Bento

Lisboa

Antonio Negri apresentado por João Nuno Paulo e José Soeiro

16 de Fevereiro

Sede do Bloco de Esquerda na Rua da Palma

Lisboa

“A Solução Novo Escudo” de Francisco Louçã e Ferreira do Amaral, por Márcia Pereira

9 de Março

Sede do Bloco de Esquerda na Rua de S. Bento

Lisboa

Daniel Bensaïd apresentado por Carlos Carujo e Samuel Cardoso

3 de Março

Sede do Bloco de Esquerda na Rua da Palma

Lisboa

Lise Vogel apresentado por Catarina Príncipe e Bruno Penha

24 de Março

Sede do Bloco de Esquerda na Rua da Palma

LITERATURA

Porto

«Sessões de poesia»

Todas as segundas

Pinguim Café

Lisboa

«A VOZ DOS POETAS»

23 de Janeiro: Vitorino Nemésio por Lia Gama e Jorge Silva Melo

13 de Fevereiro: Afonso Duarte por Luís Lucas e Jorge Silva Melo

Biblioteca da Imprensa Nacional (Rua da Escola Politécnica)

MÚSICA

Caldas da Rainha

«Nadine Khouri»

17 de Fevereiro

Centro Cultural e Congressos Caldas da Rainha

Almada

9 de Fevereiro

«Jazz\’me/Dark Magus/Miles Davis Tribute»

Cine Incrível – Alma Danada

Lisboa

17 de Janeiro

«Lambchop – FLOTUS»

Teatro Maria Matos

EXPOSIÇÕES

Lisboa

«Correspondências»

Até 17 de Abril de 2017

Casa da Achada – Centro Mário Dionísio

Lisboa

«Vergílio Ferreira: Espaço do (in)visível»

Até 31 Janeiro

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Lisboa

«Cidade Gráfica - Letreiros e reclames de Lisboa no século XX»

Até 18 de Março

Convento da Trindade

Lisboa

«Portugal em Flagrante – Operação 1 e 2»

Até Maio de 2017

Museu Calouste Gulbenkian

UM CICLO DE UTOPIAS PARA NOS FAZER MOVER

Crítica por Mariana Gomes

Em 2017 comemoram-se os 100 anos da Revolução Russa. E não será por coincidência que, em Janeiro e Fevereiro deste ano, o Teatro Municipal Maria Matos lança o Arquipélago Comum, dentro do ciclo Utopias, onde os "projectos utópicos surgidos dos comunismos e anarquismos do início do séc. XX" dominam os diversos espectáculos, workshops, conversas e debates que acontecem neste início de ano. Este terceiro arquipélago, que antecede o Arquipélago dos Afectos e o Arquipélago Verde, ainda não tem programação definida, mas certamente será algo a não perder.

Com os dois primeiros arquipélagos, o da Resiliência, em Setembro/Outubro, e o da Diversidade, em Novembro/Dezembro, tivemos oportunidade de assistir a um conjunto de espectáculos e conversas, com artistas e activistas nacionais e internacionais, que colocaram em cima da mesa os novos movimentos sociais que vieram para ficar, como o Movimento das Mulheres Curdas, e a crise de refugiados. Vi *Germinal*, de Halory Goerger e Antoine Defoort, e *A Hundred Wars to World Peace*, de Christophe Mei-

erhans. Ambos fizeram parte do primeiro arquipélago e em ambos assistimos à construção de um sítio comum e das descobertas, dificuldades e desafios que surgem em colectivo. O primeiro através de três actores e de uma actriz que percorrem o tempo e o espaço para, a partir de um palco vazio, criarem um mundo novo, uma nova sociedade, e o segundo, em que com uma cozinha e um livro de regras, o público tem a possibilidade de fazer o próprio jantar. Neste último, sem ensaios, somos colocados em confronto com os gostos, as preferências e as vontades de todas as pessoas que estão ali connosco. Como nos decidimos organizar e as escolhas que fazemos influenciam a forma como saímos de lá: com fome, saciadxs ou de barriga cheia. Com este ciclo, o Maria Matos coloca-se num sítio impar da programação artística em Lisboa. A abertura a um ciclo como este ou como o *Gender Trouble*, com a curadoria a par com pessoas fora da produção habitual do espaço, é urgente, entusiasma e inquieta. Também será isso que nos move.

ADERE AO BLOCO

*Este formulário é uma pré-adesão ao Bloco de Esquerda. Depois de o preencher, serás contactado/a para formalizar a adesão e o pagamento da quota anual (Valor mínimo: 15 euros).
(entrega este formulário preenchido numa sede do Bloco)*

Nome: (*) _____

Morada: (*) _____

E-mail: (*) _____

Código Postal: (*) _____

Localidade: (*) _____

Telefone / Telemóvel: (*) _____

Data de Nascimento: (dd/mm/aaaa) (*) _____

Emprego / Actividade: _____

País: (*) _____



Ficha Técnica

Equipa Editorial: Ana Martins, Catarina Alves, Catarina Galego, Daniel Alves da Silva, João Mineiro, Gonçalo Pessa, Ricardo Gouveia, Sara Azul.

Capa: Ricardo Gouveia, Catarina Galego. Fotografias de autoria desconhecida - se for tua, por favor, contacta-nos!

Sede Nacional do Bloco: Rua da Palma, 268, Lisboa. esquerda.net [f Jovens do Bloco](https://www.facebook.com/JovensdoBloco)